

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas
Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A.
Vassouras - RJ**

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 13 de abril de 2015.

Vassouras, 29 de março de 2016

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ



Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6 - S - RJ

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12574	24616
Contas a receber	7	3843	4301
Estoques Almoxarifado		712	851
Despesas antecipadas	8	1.238	939
Outros créditos	9	2.273	2.459
Total do ativo circulante		20.640	33.166
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	136	890
Impostos Diferidos	23	17.450	7749
Intangível	11	422.712	414.479
Diferido			-
Total do ativo não circulante		440.298	423.119
Total do ativo		460.938	456.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Balanço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	946	1.511
Empréstimos e financiamentos	13	17.814	14.693
Obrigações tributárias	14	1.303	726
Obrigações sociais	15	3.280	2.289
Dívidas com pessoas ligadas	16	17.516	10.086
Outras exigibilidades		5.052	342
Total do passivo circulante		45.911	29.647
Não circulante			
Provisão para contingência	10	5.980	4.283
Provisão para Manutenção dos Ativos	16	17.652	11.657
Empréstimos e financiamentos	12	230.568	246.077
Total do exigível a longo prazo		254.200	262.017
Patrimônio líquido			
Capital social	18	178.100	162.100
Reserva de Lucros		0	14.876
Prejuízos acumulados		(32.149)	(12.355)
Total do patrimônio líquido		160.827	164.621
Total do passivo e patrimônio líquido		460.938	456.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Demonstração do Resultado do Exercício
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	19	71.693	71.782
Receita de construção - ativos da concessão		20.777	95.640
		<u>92.470</u>	<u>167.422</u>
Custo operacional	20		
Conservação de rodovias		(14.437)	(13.841)
Custo de construção – ativos de concessão		(20.777)	(95.640)
Operação de rodovias		(23.569)	(21.441)
Monitoramento		(388)	(491)
Amortização		(15.273)	(13.240)
		<u>(74.444)</u>	<u>(144.653)</u>
Lucro bruto		<u>18.026</u>	<u>22.769</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(4.959)	(3.966)
Despesas administrativas		(10.169)	(14.049)
Amortização		(1.590)	(3.020)
Outras receitas operacionais		177	1
		<u>(16.541)</u>	<u>(21.034)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>1.485</u>	<u>1.735</u>
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		1.538	1.510
Despesas financeiras		(27.620)	(21.261)
		<u>(26.082)</u>	<u>(19.751)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>(24.597)</u>	<u>(18.016)</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	4.803	-
Imposto diferido		-	5.661
		<u>4.803</u>	<u>5.661</u>
Lucro(prejuízo) líquido do período		<u>(19.794)</u>	<u>(12.355)</u>
Lucro líquido básico por ação - em reais	24	<u>-0,1111</u>	<u>-0,0762</u>
Quantidade de ações		<u>178.100</u>	<u>162.100</u>
Lucro (prejuízo) Líquido do Período		(19.794)	(12.355)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
		<u>(19.794)</u>	<u>(12.355)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

	Capital social	Reservas de lucro			Total	Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	114.100	744	13.884	14.628	-	-	128.728
Aumento de Capital	48.000	-	-	-	-	-	48.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(12.355)	(12.355)
Destinação proposta do resultado do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	248,00	248,00	-	-	248
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	162.100	744	14.132	14.876	(12.355)	164.621	
Aumento de Capital	16.000	-	-	-	-	0	16.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	(19.794)	(19.794)
Destinação proposta do resultado do exercício:							
Absorção do Prejuízo do exercício nos termos art. 189 lei 6.404/76.	-	(744)	(14.132)	(14.876)	14.876	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	178.100	0	0	0	(17.273)	160.827	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

Demonstração do Fluxo de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(19.794)	(12.355)
Ajustado por:		
Amortização líquida de baixa	16.863	16.260
Baixa de ativo imobilizado	4.446	(1)
	1.515	3.904
Varição nos ativos e passivos operacionais		
Varição de contas a receber	458	757
Varição de estoques de almoxarifado	139	72
Depósito judicial	754	(5)
Varição de despesas antecipadas	(299)	223
Varição de outros créditos	187	9.493
Varição de tributos diferidos	(9.701)	(5.660)
Varição do diferidos	-	1.337
Varição de fornecedores	(565)	(195)
Varição de obrigações sociais	991	462
Varição de obrigações tributárias	577	(548)
Varição de provisão de contingências	1.697	3.326
Varição de provisão para manutenção de ativos	5.995	6.469
Varição de outras exigibilidades	4.710	316
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	6.458	19.951
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Outras atividades de Investimentos		47
Varição de empréstimos e financiamentos	(12.388)	-
Aquisição de intangível	(29.542)	(106.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(41.930)	(106.664)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	16.000	48.000
Varição de partes relacionadas	7.430	-
Captação de Empréstimos	-	50.283
Pagamentos de Empréstimos	-	(10.961)
Retenção de Dividendos não Distribuídos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	23.430	87.322
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(12.042)	609
Aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	24.616	24.007
No fim do exercício	12.574	24.616
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(12.042)	609
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>		

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Venda de serviços	78.482	78.579
Outras receitas	416	0
Receitas de construção	20.777	95.640
	<u>99.675</u>	<u>174.219</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(38.394)	(35.771)
Custo de construção	(20.777)	(95.640)
Materiais, energia, serviços e outros	(10.408)	(14.050)
	<u>(69.579)</u>	<u>(145.461)</u>
Valor adicionado bruto	<u>30.096</u>	<u>28.758</u>
Retenções		
Amortização	(16.863)	(16.260)
Valor adicionado líquido	<u>13.233</u>	<u>12.498</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.538	1.510
Valor adicionado total a distribuir	<u>14.771</u>	<u>14.008</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	2.505	2.324
Benefícios	398	301
F.G.T.S.	236	180
Outros	1.820	1.161
	<u>4.959</u>	<u>3.966</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.938)	(2.792)
Municipais	3.924	3.928
	<u>1.986</u>	<u>1.136</u>
Juros e aluguéis		
Juros	<u>27.620</u>	<u>21.261</u>
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	<u>(19.794)</u>	<u>(12.355)</u>
Total Distribuído	<u>14.771</u>	<u>14.008</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Companhia, inicialmente denominada RODOVIA DO AÇO S/A, foi constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em março de 2008, e tem como atividade principal a exploração da infraestrutura rodoviária federal, sob o regime de concessão, do lote 3 da fase 2 do Ministério dos Transportes do programa de concessões de rodovias. A Companhia obteve a concessão, pelo prazo de 25 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão é a recuperação, melhoramento, manutenção, operação e duplicação de alguns trechos da BR 393, com extensão de 200,4 km, mediante a cobrança de tarifas de pedágio. Outras atividades podem ser exercidas, a exemplo a exploração da faixa de domínio; como o aluguel de espaço para publicidade, passagem de cabos de fibra óptica e distribuição de panfletos, que serão consideradas sob o título de Receitas Acessórias e o resultado dessas é levado à modicidade tarifária. As atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 29 de março de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente***(i) Ativos Financeiros*****Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2015, instrumentos financeiros derivativos. Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido).

E este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Em 31 de dezembro de 2015, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido em uma combinação de negócios. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização é com base na estimativa do fluxo de veículos, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo fluxo de veículos.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4,87%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

3.7 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a determinação de vida útil econômica do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; provisão para manutenção dos ativos de concessão; análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.10 Provisões*Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.


3.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza, quando aplicável, os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

3.13 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

- a) **Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014**
- IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.
 - IFRIC 21/ICPC 19 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
 - IAS 36/CPC 01 - Impairment de ativos - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
- 

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

- IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
- b) **Normas, interpretações e alterações emitidas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015**
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis as mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resultante em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- c) **Normas, interpretações e alterações emitidas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016**
- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
 - Alterações no IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer que um adquirente de participação de operação em conjunto, cuja atividade seja um negócio conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros procedimentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado.
 - Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para classificar os métodos de depreciação e amortizações aceitos.
 - Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “bearer plants” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

d) Normas, interpretações e alterações emitidas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers - define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de Dezembro de 2015 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo Fiscal Diferido

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de exploração da infraestrutura rodoviária federal, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos.

Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de exploração da infraestrutura rodoviária, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente.

5. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Acciona Concessões Rodovia do Aço tem como missão Consolidar um novo conceito de infra-estrutura, operação e prestação de serviços em rodovias, orientado para o pleno atendimento dos usuários e que contribua ativamente para o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Em referência ao Contrato de Concessão, através do Edital nº007/2007, firma sobre a Concessão da Exploração da Rodovia: BR-393/RJ, no trecho Divisão Minas Gerais e Rio de Janeiro, entrada BR 116 (Dutra), em seu Capítulo II sobre o Objeto, Prazo, Objetivo e Metas compreende.

Este Contrato tem por objeto a concessão para exploração da Infra-estrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração, conforme apresentado no Programa de Exploração da Rodovia - PER, mediante pedágio, do Lote Rodoviário constituído por:

LOTE	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO
03	BR-393/RJ	DIV.MG/RJ - ENTR. BR 116 (DUTRA	200,40 KM

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

O prazo da Concessão é de vinte e cinco anos.

A contagem dos prazos da Concessão se inicia a partir da data de publicação do extrato deste Contrato de Concessão no D.O.U.

Não é admitida a prorrogação do prazo da Concessão.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	3.486	10.078
Aplicações financeiras	9.088	14.538
	12.574	24.616

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, e remuneradas a taxas que variam entre 95 a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária. O seu valor contábil corresponde ao valor de mercado, em função do prazo.

Em maio de 2012, foi aberta conta reserva e conta centralizadora com o Banco Bradesco S.A, conforme exigência do financiamento de longo prazo direto com BNDES, e a referida reserva será composto de 03 (três) prestações, a Companhia efetuou o devido preenchimento com os recursos próprios.

7. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	31/12/2015	31/12/2014
DBTRANS	421	477
VISA	30	99
Auto Expresso	30	60
CGMP – Pedágio Eletrônico	3.362	3.665
	3.843	4.301

A composição da rubrica de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

A vencer	3.811
Vencidos de 181 a 360 dias	32
	3.843

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

8. DESPESAS ANTECIPADAS:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas com seguros a apropriar	815	830
Benefícios pagos antecipados	423	109
	<u>1.238</u>	<u>939</u>

9. OUTROS CRÉDITOS:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Tributos retidos a recuperar	933	608
Imposto de renda e contribuição social	1.340	1.851
	<u>2.273</u>	<u>2.459</u>

10. DEPÓSITO JUDICIAL E PROVISÃO PARA RISCOS CIVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2015</u>
ATIVO				
Depósitos judiciais	890		(754)	136
PASSIVO				
Processos trabalhistas	33	-	(12)	21
Processos cíveis	4.250	1.709	-	5.959
Provisão para contingências	<u>4.283</u>	<u>1.709</u>	<u>(12)</u>	<u>5.980</u>

A Companhia constituiu provisões contábeis para as contingências avaliadas por seus assessores jurídicos como perdas prováveis. Estas contingências envolvem questões cíveis cujo montante, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 5.980 (R\$4.283 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia possui depósitos judiciais para as contingências cíveis, no montante de R\$ 136 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 890 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização na avaliação dos consultores legais, são classificados como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$ 981, para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras

Data-Base – 31/12/2015

IFRS

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

11. INTANGÍVEL:

Custo	Intangível em Serviço					Ativo Intangível	Total
	Recuperação da Rodovia	Operação da Rodovia	Ampliação capacidade	Intangível andamento			
Saldo em 31/12/2013	201.216	60.664	91.658	994	9.782		364.314
Aquisições	76.028	2.272	20.815	4.736	3.227		107.078
Baixas	-	-	(367)	-	(107)		(474)
Transferência	-	166	-	(166)	-		-
Saldo em 31/12/2014	277.244	63.102	112.106	5.564	12.902		470.918
Aquisições	24.544	2.133	2.036	1	828		29.542
Baixas	(5)	(93)	(3)	(4.001)	(709)		(4.811)
Saldo em 31/12/2015	301.783	65.142	114.139	1.564	13.021		495.649
Amortização							
Saldo em 31/12/2013	(17.393)	(7.936)	(12.317)	-	(3.925)		(41.571)
Amortização	(7.847)	(1.959)	(3.307)	-	(1.809)		(14.922)
Baixas	-	-	-	-	54		54
Saldo em 31/12/2014	(25.240)	(9.895)	(15.624)	-	(5.680)		(56.439)
Amortização	(9.381)	(2.059)	(3.734)	-	(1.689)		(16.863)
Baixas	-	-	-	-	365		365
Saldo em 31/12/2015	(34.621)	(11.954)	(19.358)	-	(7.004)		(72.937)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2013	183.823	52.728	79.341	994	5.857		322.743
Saldo em 31/12/2014	252.004	53.207	96.482	5.564	7.222		414.479
Saldo em 31/12/2015	267.162	53.188	94.781	1.564	6.017		422.712

“Teste de Impairment” - Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação, e não foram identificados

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2015.

12. FORNECEDORES:

	31/12/2015	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	814	1.240
Prestadores de Serviços	96	261
Outros	36	10
	946	1.511

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	"TIR"	Encargos	31/12/2015	31/12/2014
Project Finance				
BNDES	8,97% a.a.	2,58% a.a. + TJLP	250.085	262.626
Encargos sobre empréstimos			(1.703)	(1.856)
Saldo líquido			248.382	260.770
Empréstimos e financiamentos de curto prazo			17.814	14.693
Empréstimos e financiamentos de longo prazo			230.568	246.077

A Companhia assinou, em 12 de julho de 2011, o contrato de financiamento de longo prazo com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$ 352,500 mil, dos quais já foram liberados R\$ 277,0 mil. Estes empréstimos servirão para financiar toda a execução de serviços de recuperação, monitoramento, conservação, operação e melhorias, elaboração dos projetos e ainda, despesas pré-operacionais, visando a exploração Lote Rodoviário 3 - trecho de 200 Km da Rodovia BR-393, referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público. O financiamento será desembolsado conforme o cronograma de execução da obra.

O empréstimo com BNDES é denominado em moeda nacional, com incidência de juros a taxas iguais a TJLP mais um spread total de aproximadamente de 2,58% a.a. A operação conta com garantia dos direitos de receitas de exploração da cobrança de pedágio da concessão e ainda conta com penhor de 100 % (cem por cento) das ações ordinárias nominativas, totalizando 178.100 mil, inclusive as futuras subscrições e direitos emergentes da concessão. Durante a vigência do contrato a Companhia não poderá transferir ações sem a anuência do BNDES. Adicionalmente não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivos que importem em alteração do dividendo mínimo obrigatório para valor superior ao percentual de que trata o inciso 2º do art. 202 da Lei 6.404/76.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2015 IFRS

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ISS a recolher	946	345
COFINS a recolher	208	201
Outras obrigações	149	180
	<u>1.303</u>	<u>726</u>

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão para férias e 13º salário	1.295	1.096
Encargos Sociais	330	335
Gratificações a pagar	1.655	858
	<u>3.280</u>	<u>2.289</u>

16. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO DOS ATIVOS:

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Saldo em 31/12/2014	11.657
Adições	2.713
Ajuste a valor presente	3.282
Saldo em 31/12/2015	17.652

17. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS:

A Companhia Acciona Conceciones, S.L., é controladora indireta da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. e fornece serviços administrativos especializados de apoio a gestão e controle. A empresa Acciona Infraestructuras S/A, acionista majoritária da Companhia, foi contratada para a elaboração das obras de infraestrutura da rodovia; como a construção das praças de pedágio, a edificações concernentes aos imóveis usados para a prestação do serviço de atendimento ao usuário, sua sede administrativa e aquelas inerentes à própria rodovia como pontes, pavimento, drenagens e outras.

A empresa Rio Paraíba do Sul Serviços Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, foi contratada em fevereiro de 2010 para prestar serviços de conservação de rotina na rodovia. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, e estão em condições normais de mercado, como segue:

	Saldo de fornecedores		Valores acumulados nos trimestres findos em 31/12/2015 e 31/12/2014			
	31/12/2015	31/12/2014	Intangível		Despesas (Receitas)	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Rio Paraíba ²	700	700	-	-	-	(1)
Acciona Conceciones ¹	14.034	9.498	-	-	1.491	1.728
Acciona Infraestructuras	2.782	(112)	20.777	96.843	552	-
Total	17.516	10.086	20.777	96.843	2.043	1.727

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 178.100 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 162.100 mil em 31 de dezembro de 2014) e estão representadas por um total de 178.100 mil ações ordinárias sem valor nominal (162.100 em 31 de dezembro de 2014), totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim dividido entre os acionistas:

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Acciona Infraestructuras S/A - 76%	135.356	123.196
Acciona Brasil LTDA - 24%	42.744	38.904
	<u>178.100</u>	<u>162.100</u>

- a) Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- b) Reserva legal - Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.
- c) Retenção de lucros - É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº. 6.404/76. Os órgãos da administração poderão propor a retenção de parte dos lucros acumulados. Essa retenção é necessária para a Companhia cumprir as garantias exigidas pelo BNDES, no contrato de empréstimo, que determina que a Companhia não poderá distribuir dividendo maior do que mínimo obrigatório.

Na data de 31 de julho de 2015 o Conselho de Administração, em deliberação unânime, aprovou o aumento do capital da Companhia, no valor de R\$ 4.999.999,99 (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), mediante a emissão de 4.999.999 (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição e R\$1,00 (um real) por ação.

Na data de 30 de novembro de 2015 o Conselho de Administração, em deliberação unânime, aprovou o aumento do capital da Companhia, no valor de R\$ 8.000.000,01 (oito milhões de reais e um centavo), mediante a emissão de 8.000.000 (oito milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição e R\$1,00 (um real) por ação.

Na data de 18 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração, em deliberação unânime, aprovou o aumento do capital da Companhia, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição e R\$1,00 (um real) por ação.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Arrecadação de pedágio	78.482	78.579
(-) Impostos incidentes s/vendas	(6.789)	(6.797)
Receita líquida de vendas	<u>71.693</u>	<u>71.782</u>
Receita de Construção	20.777	95.640
Receita Líquida	<u>92.470</u>	<u>167.422</u>

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Conservação de rodovias	(14.437)	(13.841)
Custo de construção - ativos de concessão	(20.777)	(95.640)
Operação de rodovias	(23.569)	(21.441)
Monitoramento	(388)	(491)
Amortização	(15.273)	(13.240)
	<u>(74.444)</u>	<u>(144.653)</u>

21. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ordenados e salários	2.903	2.625
Custos com encargos sociais	2.056	1.341
	<u>4.959</u>	<u>3.966</u>

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

22. RESULTADOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

O resultado financeiro líquido está assim composto:

Receitas financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Rendimento s/aplic. financeiras	1.538	1.510
Despesas financeiras		
Juros financiamentos e capital de giro	(21.244)	(14.569)
Juros s/provisão de manutenção de ativos	(3.282)	(3.162)
Variação cambial	(3.094)	(13)
	(27.620)	(21.261)
Resultado Financeiro	(26.082)	(19.751)

23. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IRPJ E CSLL)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(24.597)	(18.016)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	8.363	6.125
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-
Juros sobre capital próprio (*)	-	-
Adições permanentes, líquidas	(3.560)	825
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	-	-
Imposto de renda e contribuição social	4.803	5.661

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante		
Imposto de renda diferido	12.898	5.704
Contribuição social diferida	4.552	2.045
	17.450	7.749

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO:

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) líquido do período	(19.794)	(12.355)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	178.100	162.100
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,1111)</u>	<u>-0,0762</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2015 as despesas com esses administradores totalizaram R\$1.210 mil (R\$ 2.000 mil no mesmo período encerrado de 2014).

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, odontológica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

26. SEGUROS E GARANTIA:

A Companhia mantém contratos de seguros para cobrir eventuais perdas nos seus ativos e garantir as obrigações contratuais perante o Poder Concedente (ANTT), tendo esse como cossegurado.

Descrição	Vigência
Riscos Operacionais	04/05/2015 a 04/05/2016
Responsabilidade Civil Geral	04/05/2015 a 04/05/2016
Garantia Contratual	20/03/2015 a 20/03/2016

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

28. COMPROMISSOS

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos. O contrato de concessão estabelece metas que deverão ser atingidas no prazo da concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período.

COMPROMISSOS	31/12/2015
Investimentos de Recuperação Geral da Rodovia	486.491
Investimentos ITS	122.640
Investimentos de Desapropriações e Projetos	23.402
Investimentos de Meio Ambiente (Licenças ambientais)	3.119
Investimentos de Operações	4.145
Investimentos de TI	1.046
	640.843

28.1. Decorrente da verba de fiscalização:

Os investimentos a serem realizados serão suportados por aportes de capital próprio, empréstimos de longo prazo a serem realizados pelo BNDES, bem como pela geração de caixa da empresa. À época da licitação do Programa de Concessões Federais, o BNDES informou que apoiaria as Concessionárias, financiando os investimentos dos primeiros anos de exploração das rodovias. Até 31 de dezembro de 2015 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante anual de R\$28.059 milhões. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Durante o exercício de 2015 foram pagos R\$2.013 milhões.

29. OBJETIVO E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações Financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa ou valor justo por meio de resultado.
- Empréstimos, Financiamentos CCB - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de ações. A Companhia não tem ações negociadas em mercado. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2015. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 31 de dezembro de 2015. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2015.
- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2015 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2015 IFRS
Notas Explicativas
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

30. ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

31. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 21 de janeiro de 2016 o Conselho de Administração, em deliberação unânime, aprovou o aumento do capital da Companhia, no valor de R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões de reais), mediante a emissão de 14.000.000 (catorze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição e R\$1,00 (um real) por ação, à ser subscrito e integralizado.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

DECLARAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2015

Os diretores da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A., tendo em vista o disposto no art. 25, parágrafo 1º., incisos V e VI da Instrução CVM n.º 480/09 declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015 e que (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativas às mencionadas demonstrações financeiras.

Vassouras, 30 de março de 2016

Alejandro Maroto Enriquez	Jose Gregorio Ugarrio Ramirez	Moisés Nonato Santos
Diretor Geral	Diretor Administrativo e RI	Diretor Técnico

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2015

Rodovia do Aço S.A. CNPJ: 09.414.761/0001-64

Apresentação

Este Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Concessionária Rodovia do Aço S.A. é referente ao exercício de 2015. Suas informações foram elaboradas de acordo com os dispositivos da lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Mensagem da Administração

A Acciona Concessões Rodovia do Aço é responsável pela manutenção e administração da BR-393/RJ no trecho compreendido entre Além Paraíba (Km 101,9) à Volta Redonda (Km 286,4). A Concessionária assumiu seu compromisso de modernização da rodovia em março de 2008 quando assinou o contrato que consolidou sua vitória no leilão do Lote 3 do Programa Federal de Concessões de Rodovia.

Em 2015 a Concessionária manteve seu compromisso de cumprir suas obrigações contratuais e prestar atendimento de qualidade a seus usuários.

A cada ano a Acciona Concessões Rodovia do Aço evolui os trabalhos previstos no PER - Programa de Exploração da Rodovia - cumprindo seu papel de tornar a BR-393 uma rodovia condizente com os parâmetros de crescimento do Brasil.

Perfil da Empresa

A concessionária Rodovia do Aço, uma empresa ACCIONA - Divisão ACCIONA Concessões, é responsável pela administração, recuperação, manutenção e operação de 200,4 quilômetros de extensão da BR 393/RJ, da Divisa MG/RJ ao entroncamento com a BR-116 (Via Dutra), em Volta Redonda, na região Sul Fluminense.

A concessionária assinou contrato de concessão com a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres no dia 26 de março de 2008, assumindo a responsabilidade pelo Lote 3. O contrato de concessão é resultado do Leilão ocorrido em 09 de outubro de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo, que concedeu sete lotes de rodovias federais, que compõem a 2ª Etapa do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, para serem explorados e administrados pela iniciativa privada durante 25 anos.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável permeia todas as atividades e projetos da Concessionária. Em sintonia com o novo cenário global a empresa procura atender três eixos fundamentais: ser ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa. Fiel a esses compromissos, a Rodovia do Aço espera contribuir com o bem-estar de seus clientes e o desenvolvimento econômico e social das comunidades da sua área de atuação.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Missão

Consolidar um novo conceito de infra-estrutura, operação e prestação de serviços em rodovias, orientado para o pleno atendimento dos clientes e que contribua ativamente para o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Valores

- Visão empreendedora e a longo prazo
- Agilidade na tomada de decisões
- Liquidez e disciplina financeira
- Orientação para o usuário
- Capacidade de inovação
- Cuidado com as pessoas e com o meio ambiente
- Conduta socialmente responsável

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

O Sistema de Gestão Integrada da Acciona Concessões Rodovia do Aço adota Políticas de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional em suas atividades, de forma a assegurar:

- Atendimento a legislação, normas e outros requisitos aplicáveis;
- A promoção da conscientização e comprometimento de nossos colaboradores e prestadores de serviços buscando envolver nossos usuários e comunidades lindeiras com a prevenção de acidentes e controle da poluição;
- Desenvolvimento e capacitação de nossos colaboradores;
- Comprometimento com a melhoria contínua;
- Atendimento com as expectativas e necessidades do cliente, acionistas e poder concedente;
- Atendimento a documentação e eficácia do SGI;
- Prevenção de riscos à saúde de nossos colaboradores;

Área de Atuação

- BR 393/RJ
- Rodovia Lúcio Meira, do km 101+900 (Divisa MG/RJ) ao Entroncamento com a BR 116 km 258 (Volta Redonda) - extensão de 200,4 quilômetros
- Duração do Contrato: 25 anos - 26/03/2008 a 26/03/2033.

Estrutura Operacional e de Serviços

A Acciona Concessões Rodovia do Aço conta com um sistema de atendimento emergencial que cobre toda a extensão da rodovia. Isso permite aos usuários percorrerem o trecho concessionado com a certeza de que podem contar com o apoio das equipes de monitoramento em qualquer emergência.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

São cinco unidades SAU, que funcionam como bases operacionais e de atendimento ao usuário, localizadas em pontos estratégicos da rodovia, nas quais 18 viaturas e profissionais especializados e treinados ficam posicionados e de prontidão nas 24 horas do dia para atender motoristas e pedestres em situações de emergência na rodovia.

BASES OPERACIONAIS	LOCALIZAÇÃO	AMBULÂNCIAS	GUINCHOS	INSPEÇÃO	CAMINHÃO PIPA	VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
SAU 1	Km 126	1	1	1		
SAU 2	Km 159	1	2		1	1
SAU 3	Km 194,70	2	1	1		
SAU 4	Km 231	1	2	1	1	
SAU 5	Km 268	1	1	1		
Total		6	7	4	2	1

Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas. As alterações nas práticas contábeis introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/2009 e pelos Pronunciamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não produziram impactos na comparabilidade dos resultados da Companhia.

Origem e Comportamento das Receitas

A Companhia iniciou a cobrança de pedágio da sua primeira praça situada no município de Paraíba do Sul, no dia 05/03/09, a segunda praça de pedágio, situada no município de Sapucaia, iniciou a cobrança no dia 30/04/09 e a terceira e última praça situada no município de Barra do Piraí, no dia 05/07/09, com tarifa idêntica para essas praças de pedágio e cobrança bidirecional.

No exercício a Receita Bruta da Companhia totalizou R\$ 78 milhões nas 03 praças de cobrança de pedágio, assim distribuídas:

Local	Arrecadação R\$ milhões	Participação
PRACA DE PEDAGIO 1 - Sapucaia	20,8	26%
PRACA DE PEDAGIO 2 - Paraíba do Sul	24,6	33%
PRACA DE PEDAGIO 3 - Barra do Piraí	33,1	41%
Total	78,5	100,0%

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

1. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Nossa receita operacional bruta consolidada totalizou R\$99,2 milhões no ano de 2015, atingindo uma redução de 43%, comparado ao mesmo período do ano anterior. A arrecadação de pedágios representou 79,1% do total de nossas receitas e registrou uma redução expressiva até 45,12% devido a baixada da receita de construção em 78,3%.

	31/12/2015	31/12/2014	%
Arrecadação de pedágio	78.482	78.579	-0,1%
Receita de Construção	20.777	95.640	-78,3%
Receita Bruta	99.259	174.219	-43,0%

1.2 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014	%
Arrecadação de pedágio	78.482	78.579	-0,1%
(-) Impostos incidentes s/vendas	(6.789)	(6.797)	-0,1%
Receita líquida de vendas	71.693	71.782	-0,1%
Receita de Construção	20.777	95.640	-78,3%
Receita Líquida	92.470	167.422	-44,8%

1.3 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais de nossa Companhia são compostos por: gastos em conservação de rotina e na prestação de serviços aos usuários das rodovias, bem como pela depreciação das obras executadas conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação das rodovias. Compõe ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórias. No ano de 2015 incorremos em R\$ 53,7 milhões de custos operacionais, o equivalente a 74,9% da receita operacional líquida. Comparado ao mesmo período do ano anterior, representa um aumento nominal de R\$ 4,7 milhões e 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Custos Operacionais (Ajustado)	31/12/2015	31/12/2014	%
Conservação de rotina	(14.437)	(13.841)	4,3%
Operação da rodovia	(23.569)	(21.441)	9,9%
Monitoração	(388)	(491)	-21,0%
Depreciação e amortização	(15.273)	(13.240)	15,4%
Custos Operacionais Totais	(53.667)	(49.013)	9,5%

1.4 DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais de nossa Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas, bem como pela depreciação de ativos alocados na administração. No ano de 2015 incorremos em R\$ 16,5 milhões de despesas operacionais, verificamos que houve uma redução nominal de R\$ 4,5 mil e 21,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Despesas Operacionais	31/12/2015	31/12/2014	%
Despesas com pessoal	(4.959)	(3.966)	25,0%
Despesas administrativas	(10.169)	(14.049)	-27,6%
Amortização	(1.590)	(3.020)	-47,4%
Outras receitas operacionais	177	1	17600,0%
Despesas Operacionais Totais	(16.541)	(21.034)	-21,4%

1.5 RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA ajustado que corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, no ano de 2015, totalizou R\$18,3 milhões e sua margem representou, em relação a receita líquida de vendas, 25,6%. Comparado ao mesmo período do ano anterior, esse desempenho representa um aumento nominal de R\$0,4 mil.

Mas, quando ajustado pela provisão de manutenção de ativos, por não haver saídas de caixa, o EBITDA totalizou R\$21,1 milhões e sua margem representa 29,4% da receita operacional líquida e um aumento nominal de R\$2,8 milhões.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Reconciliação do Ebitda	31/12/2015	31/12/2014	%
Lucro Líquido	(19.794)	-12.355	-60,2%
(+) IR e CS	(4.803)	-5.661	-15,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	26.082	19.751	32,1%
(+) Depreciação e Amortização	16.863	16.260	3,7%
EBITDA	18.348	17.995	2,0%
Margem EBITDA	25,6%	25,1%	0,5%
(+) Provisão Manut. de Ativos	2.713	282	862,1%
EBITDA Ajustado	21.061	18.277	15,2%
Margem EBITDA Ajustado	29,4%	25,5%	3,9%

2. FATORES DE RISCO / GESTÃO DE RISCOS

A atuação da Companhia é baseada em um contrato fixo, o que garante grande estabilidade ao negócio. No entanto, como nenhum negócio é completamente livre de riscos, para proteger seus ativos e controlar os impactos de distúrbios financeiros, econômicos ou setoriais em seus negócios, a empresa faz a gestão dos possíveis riscos aos quais está sujeita, tomando medidas preventivas que evitam ou minimizam as influências externas.

2.1 RISCO DE TAXA DE CâMBIO

A Companhia possui contratos condicionados às variações cambiais que influenciam seus negócios, sua situação patrimonial e financeira, o resultado das suas operações ou a capacidade de honrar suas obrigações.

2.2 RISCO OPERACIONAL

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. A empresa também reavalia, anualmente, seus riscos patrimoniais, bem como renova suas apólices de seguro com as coberturas que julga suficientes para cobrir eventuais perdas.

2.3 RISCO DE PREÇO E VALOR DE MERCADO

A flutuação do preço do petróleo no mercado internacional pode ter efeitos adversos nos negócios da empresa. O aumento no custo dos insumos, como combustíveis e massa asfáltica, podem prejudicar financeiramente seu desempenho, pois pode acarretar a diminuição no volume de tráfego. Para minimizar esse risco, a Companhia conta com os reajustes tarifários anuais e com a gestão de custos.

As tarifas de pedágio são reguladas pelo Poder Concedente e os reajustes previstos anualmente estão vinculados a índices setoriais divulgados pelo mercado. Conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

2.4 RISCO DE CRÉDITO

O faturamento da Companhia é proveniente da cobrança de tarifas referentes ao pedágio rodoviário pagas, na maioria dos casos, à vista. O número de clientes que efetua o pagamento posterior representa uma pequena parcela de usuários e não há histórico de inadimplência.

2.5 RISCO POLÍTICO E REGULATÓRIO

As atividades da Companhia estão sujeitas a um ambiente regulado e influenciado pela estrutura administrativa e legal do Poder Público. Sendo assim, um risco inerente às atividades da empresa é a decisão unilateral de quebra ou alteração de contrato pelo Governo Federal.

Além disso, há riscos de suspensão temporária da cobrança por decisão judicial ou política. A Companhia reforça seu compromisso de manter os investimentos e serviços, que vêm garantindo a melhoria contínua das estradas e proporcionando aos usuários maior segurança e qualidade no tráfego nas rodovias sob sua concessão. E, ainda, destaca que suas ações são respaldadas em atos legítimos, celebrados dentro da legalidade, respeitando os processos administrativos necessários, além de eventuais aprovações dos Governos Estaduais e Federais.

2.6 GESTÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social inclui ações preferenciais conversíveis. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia acredita que sua gestão deve ser pautada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, por isso a empresa está sempre alinhada às ações que contribuem para a transparência de sua gestão, para a sustentabilidade de seu negócio e para melhor relação com seus grupos de interesse. Atualmente, a estrutura

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

de Governança da empresa é composta por Acionista, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. Além disso, conta com políticas e princípios internos que complementam sua postura ética. Por meio da cultura de Governança Corporativa, a Companhia procura:

- Fortalecer e consolidar a empresa para a perenidade dos negócios, com visão de longo prazo, na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Desenvolver, fortalecer e melhorar as relações de troca de informações com todos os grupos de interesse;
- Reduzir e evitar riscos estratégicos, operacionais e financeiros;
- Administrar, com responsabilidade, os interesses de acionistas, investidores e demais grupos;
- Aumentar o valor da empresa e maximizar o retorno ao acionista e aos demais investidores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, composto por quatro membros, é responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da empresa, bem como pela homologação de políticas e estratégias. Cabe, ainda, ao Conselho eleger e/ou destituir diretores e supervisionar o exercício de suas funções. Seus membros possuem mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos.

Diretoria Executiva

É responsável pela condução dos negócios e pela tomada de decisão em todos os âmbitos necessários ou adequados para a atuação da empresa, além de executar as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Atualmente, a estrutura executiva é composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Geral Executivo, Diretor Técnico de Engenharia, Diretor de Operações, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores.

Auditoria Independente

Adepta das melhores práticas de governança corporativa, a Companhia conta com gestão profissionalizada e submete suas contas a uma auditoria independente, de acordo com as regras e princípios contábeis pertinentes. As análises são publicadas em periódico oficial e jornais de grande circulação. A auditoria independente é contratada pela empresa, exclusivamente, para análise dos balanços, sem vínculo com as atividades da concessionária.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Conselho Fiscal

Não atua em caráter permanente, mas, por deliberação dos acionistas, poderá ser instalado. Quando convocado, é composto por quatro membros efetivos e quatro suplentes, que podem ser acionistas ou membros externos.

Política de Divulgação

A Companhia segue as diretrizes e regras de transparência na divulgação de informações e as exigências da Comissão de Valores Monetários (CVM), que é o órgão regulador do mercado de capitais.

Política de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos

Atos discriminatórios, de exploração do trabalho infantil, de trabalho involuntário, de prostituição ou quaisquer outros atos ilícitos ou danosos à sociedade e ao meio ambiente não são praticados pela Companhia e são repudiados por ela.

4. MERCADO DE CAPITAIS

Ações e Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 178,1 milhões, representados por 178,1 milhões de ações ordinárias sem valor nominal, 76% pertencentes a Acciona Infraestructuras S.A., e 24% a Acciona Brasil Ltda.

Distribuição de Dividendos

A remuneração aos acionistas é feita por meio da distribuição de dividendos, assegurando-se um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da empresa, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

5. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Como prioridade da Companhia estão os projetos de responsabilidade social e ambiental, realizados com base no desenvolvimento sustentável, de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Portanto, suas atividades, que, de alguma forma, podem impactar o meio ambiente ou interferir na realidade das populações que habitam sua área de influência, recebem tratamento prioritário por parte dos gestores da empresa.

Tal preocupação extrapola o mero cumprimento do que dispõe a legislação específica e inclui ações paralelas, como campanhas de conscientização ambiental, melhoria da qualidade de vida, inclusão social e de afirmação da cidadania, que contam com o envolvimento das comunidades situadas próximo a concessão.

ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório da Administração

Data-Base – 31/12/2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Informações Corporativas - Empresas Acionistas

Acciona Infraestructuras

Acciona do Brasil Ltda.

Conselho de Administração

Antonio Perez de Arenaza	Conselheiro Delegado
Jaime Rivera Lopez de Letona	Conselheiro
Juan Antonio Santos de Paz	Conselheiro
Roberto Redondo	Conselheiro

Diretoria Executiva

Luiz Claudio de Andrade Braga	Diretor Presidente
Alejandro Maroto Enriquez	Diretor Geral
Jose Gregorio Ugarrio Ramirez	Diretor Administrativo Financeiro e RI
Moisés Nonato Santos	Diretor Técnico
Marcos de Souza Melo	Responsável Técnico Contábil